

SARI HANAFI

POR UMA SOCIOLOGIA LIBERTÁRIA

Naquela manhã de setembro, Sari Hanafi se preparava para um passeio. Seu destino: uma favela carioca. “Talvez haja semelhanças entre as favelas e os campos de refugiados no Oriente Médio”, cogitou o pesquisador. Hanafi é um sociólogo palestino nascido no Líbano – mais especificamente, no campo de refugiados de Chatila, ao sul de Beirute. Sua primeira graduação foi em engenharia civil. Mas logo optou por seguir carreira em sociologia. A familiaridade com a matemática certamente veio a calhar, pois, em suas análises sociológicas, Hanafi não se intimida diante de assuntos como estatística, técnicas numéricas avançadas e mesmo linguagens de programação – temas pouco comuns para acadêmicos devotos das humanidades.

Professor da Universidade Americana de Beirute, além de vice-presidente da Associação Sociológica Internacional (ISA), Hanafi é considerado um dos expoentes da intelectualidade do mundo árabe. Ele está prestes a lançar seu novo livro, *Arab research and knowledge society: an impossible promise*, sem tradução prevista para o português, em que explora como o conhecimento científico transita entre a academia e a esfera política. Mas outro importante trabalho seu vai ganhar uma edição brasileira: é o artigo *Publicar globalmente, perecer localmente versus publicar localmente, perecer globalmente*, que será lançado em 2015 como parte da coletânea *Práticas e textualidades: pensando a pesquisa e a publicação*, da Editora FGV.

De passagem pelo Brasil, Hanafi divide com os leitores da *Ciência Hoje* algumas reflexões sobre a sociologia do mundo islâmico. E compartilha suas impressões sobre a atual cena política que se descortina no Oriente Médio neste início de século.

HENRIQUE KUGLER | CIÊNCIA HOJE | RJ

CLÁUDIO PINHEIRO | PROGRAMA SUL-SUL DE COOPERAÇÃO
PARA PESQUISA SOBRE DESENVOLVIMENTO (SEPHIS)

FOTO: HENRIQUE KUGLER

O senhor está prestes a lançar o livro *Arab research and knowledge society: an impossible promise (Pesquisa árabe e sociedade do conhecimento: uma promessa impossível, em tradução livre)*. De que trata a obra? Falamos sobre a produção de conhecimento no mundo árabe. No livro, abordamos os problemas e desafios dessa produção, e também analisamos como o conhecimento é traduzido para diferentes públicos. Tratamos de todas as áreas científicas. Mas, na segunda parte da obra, damos atenção especial às ciências sociais – procurando entender como elas podem ser deslegitimadas pelo Estado e por grupos ideológicos ou religiosos. Um dos temas mais importantes é o que chamamos de ‘tradução de conhecimento’, ou seja, como o saber produzido nos campos científicos é convertido em recomendações para políticas públicas.

E como é esse diálogo no mundo árabe, entre acadêmicos e governantes? Fiz uma pesquisa na Síria e analisei um período de uma década. Estudei alguns ministérios e notei que eles jamais encomendaram nenhum tipo de estudo científico. Isso nos mostra que os políticos são, digamos, autossuficientes; eles não precisam de conhecimento. E não há, em geral, comissões independentes para avaliar nada. Outro ponto interessante: existia um tipo de fetichismo com relação às ciências básicas e aplicadas. Na Síria, nos anos 1990, mais de metade dos gabinetes ministeriais eram compostos por engenheiros. Eis a ideia por trás disso: os problemas sociais eram entendidos como uma questão de engenharia social. Esse cenário emerge em função da baixa demanda pelas ciências sociais. E também porque os próprios cientistas sociais muitas vezes, covardemente, não exercem o pensamento crítico.

Em suas palestras, o senhor tem dito que muitos processos políticos ocorridos na América Latina podem servir de exemplo à realidade do Oriente Médio. Por quê? Sou assíduo defensor da internacionalização das ciências, incluindo as sociais e as humanidades. Todos devem conversar com seus pares, globalmente. Na universidade, ensino disciplinas relacionadas a mecanismos de transição democrática. E diria que 80% dos exemplos que uso em sala de aula são oriundos da América Latina. A história desse continente tem muito a nos ensinar. Pensemos nos mecanismos da chamada justiça de transição, como processos judiciais, memória, verdade, reparação e reforma institucional. São mecanismos bastante complexos. Há diferentes receitas – muitas já usadas na América Latina – para suavizar a transição para a democracia. Esse é um exemplo importante de como a internacionalização das ciências sociais pode ser útil.

Mas, no campo da sociologia, muitos pesquisadores se preocupam mais com análises regionais do que globais. O senhor tem uma postura crítica diante dessa postura. Por quê? Sou crítico à mitologia da singularidade. Em outras palavras: muitos pensam que um dado processo social, em determinado país, é único. E assim pesquisadores supervalorizam as especificidades de cada fenômeno social. Como prejuízo, abandonam o entendimento de possíveis regras gerais sobre o funcionamento da sociedade. Isso é especialmente válido nessa era de globalização. Pois estamos de fato interconectados. Inúmeros problemas devem ser compreendidos tanto regional quanto internacionalmente: tráfico de drogas, organismos geneticamente modificados, distribuição de renda, consumismo. Há temas que transcendem a ideia de Estado nacional. São universais.

Poderia nos contar sobre suas origens e sobre sua experiência de vida no campo de refugiados de Chatila, no Líbano?

INÚMEROS PROBLEMAS DEVEM SER COMPREENDIDOS TANTO REGIONAL QUANTO INTERNACIONALMENTE: TRÁFICO DE DROGAS; ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS; DISTRIBUIÇÃO DE RENDA; CONSUMISMO. HÁ TEMAS QUE TRANSCENDEM A IDEIA DE ESTADO NACIONAL. SÃO UNIVERSAIS

Nasci em 1962 e vivi por um quarto de século num campo de refugiados. Cresci em uma família de classe média baixa. E isso quer dizer que o único caminho de ascensão social é a educação. É essa a via pela qual muitos palestinos de minha geração optaram. Historicamente, esse é um dado importante: por essa razão, os palestinos acabaram sendo, em certo momento, o grupo mais instruído de todo o mundo árabe. Mas isso mudou. As condições nos campos de refugiados eram precárias e não contavam com boas escolas, ou boas universidades. Além disso, não se encontrava trabalho. Era a reprodução de um esquema de pobreza. Conheço alguns cientistas sírios que vivem, hoje, em campos de refugiados. Estão na linha da pobreza e são excelentes físicos, químicos, antropólogos. Espero que outros países abram suas portas para eles. Essa diáspora, muitas vezes, pode acabar construindo novas e importantes conexões.

Enfim, na década de 1980, me mudei para a França. E lá comeci minha carreira internacional. Alguns acadêmicos que estudam campos de refugiados acabam sendo criticados – por não conhecerem de perto a realidade que analisam cientificamente. Bem, eu vivi num lugar desses por 25 anos. É o suficiente? [risos].

O senhor mostrou interesse em conhecer uma favela. Por quê? Estudei campos de refugiados por algum tempo, e é exatamente por isso que hoje quero conhecer uma favela: pretendo ver se encontro algum tipo de semelhança. Essa comparação é válida quando pensamos, por exemplo, na forma como o Estado define a cidadania. Seria a cidadania um documento de identidade? Um passaporte? Não. Cidadania é o acesso à cidade, ao emprego, à propriedade, coisas assim. No caso do Líbano, temos um tipo de racismo institucional que faz com que certos grupos passem por privações históricas. Faltam projetos de desenvolvimento. Aliás, sempre que visito um novo lugar, a primeira coisa que pergunto é se há ali um projeto social de moradia. Quantas casas foram construídas para alocar jovens fora de uma área de favelas, por exemplo? Aprendemos que cidadania não é uma condição legal, burocrática. É uma questão de acessos.

>>>

NA TUNÍSIA, TEMOS UMA EXPERIÊNCIA INTERESSANTÍSSIMA: PELA PRIMEIRA VEZ (...) NO MUNDO ISLÂMICO, EM ÂMBITO PÚBLICO, SE DISCUTE A SEPARAÇÃO ENTRE ESTADO E RELIGIÃO

Sobre os recentes protestos no mundo islâmico, já temos o necessário distanciamento histórico para entender o que exatamente está acontecendo no Oriente Médio? O que é, afinal, a chamada ‘primavera árabe’? É uma grande energia lançada principalmente por jovens e, em seguida, por diferentes setores da sociedade – como trabalhadores de diversas categorias. Penso ser um processo longo, no qual acadêmicos devem se engajar. Não necessariamente atuando no jornalismo – que tende a lidar só com os temas ‘quentes’. É necessário ter uma perspectiva histórica dos fatos. Mas sempre lembro às pessoas que, para termos essa perspectiva, precisamos de tempo. E esses levantes não podem ser entendidos como processos de curto prazo. Devemos ser pacientes.

As ruas estão vivas. No Oriente Médio, a injustiça social, a pobreza, a corrupção e a falta de distribuição de riqueza atingiram tal ponto em certos países – como Bahrein, Tunísia, Egito, Síria, Iêmen – que acabaram sendo a principal razão pela qual as pessoas se revoltaram contra os governos. Há corrupção endêmica dentro de estados ditatoriais. A falta de rotação de regimes produz um sistema clientelista que encoraja a corrupção. É por isso que a população demanda a queda desses regimes. Então, em resumo, justiça social foi o maior motivo desses levantes.

Esses movimentos já resultaram em mudanças efetivas na região? Já é possível notar algumas ‘micromudanças’. Soube que, pela primeira vez, mulheres foram vistas dirigindo em Riad, na Arábia Saudita, mesmo existindo ainda uma lei que as proíbe de dirigir. Na Tunísia, temos uma experiência interessantíssima: pela primeira vez vemos discussões sobre secularismo. É a primeira vez no mundo islâmico, em âmbito público, que se discute a separação entre Estado e religião. Talvez a Tunísia seja o melhor exemplo de transição democrática no mundo árabe. E, como disse, eles usam várias receitas latino-americanas para justiça de transição – no que se refere a reforma judicial, políticas de reparação, preservação da memória das vítimas e coisas desse tipo.

No Ocidente, muitos associam os levantes árabes com a disseminação das tecnologias digitais de comunicação – em especial a internet e as redes sociais. Será que o papel dessas redes não foi supervalorizado? Analisando a literatura,

especialmente nos Estados Unidos, vemos que alguns chegaram a chamar os levantes árabes de ‘Facebook Revolution’ [risos]. É como se fosse um ‘graças a nós’, ‘graças ao Facebook’. Muitos estudos mostram, de fato, que as mídias sociais exerceram um papel importante, é verdade, especialmente no início dos movimentos. Mas, para lograr êxito, qualquer movimento social precisa estar bem estruturado; ter uma identidade coletiva; um projeto. Além disso, é absolutamente necessária a comunicação face a face. São necessários os sindicatos, as passeatas. Trata-se de um arranjo político-social bastante complexo, e, definitivamente, não se trata de uma ‘Facebook Revolution’. É puro exagero dizer que as redes sociais foram a causa dos levantes árabes.

Como o senhor vê o conflito Israel-Palestina? Muitas pessoas analisam a questão olhando apenas para os mísseis lançados pelo Hamas em direção a Israel. E ficam espantadas: ‘esses terroristas estão matando civis israelenses; como podemos permitir isso?’. Mas elas se esquecem de olhar para o colonialismo diário exercido por Israel em terras palestinas. Como se pode permitir que um Estado confisque território palestino e mantenha sua população na pobreza? É a mesma história: olha-se para a casca, para a superfície. Os mísseis do Hamas são apenas a parte mais superficial da questão. Fico enfurecido com a maneira como as potências ocidentais analisam a guerra na faixa de Gaza. Um Estado colonial como Israel não pode fazer nada além de promover o recrudescimento dessa colonização e incitar os colonizados a agir. Deve-se encarar a raiz do problema. Mas essa parte estrutural não tem sido contemplada nos debates recentes.

O maestro argentino de origem judaica Daniel Barenboim – um dos poucos cidadãos no mundo a manter um passaporte israelense e um palestino – tem se destacado no ativismo pela paz na região. Ele defende que não existe solução militar para esse conflito. O senhor concorda? Certamente. Mas veja: Israel é um Estado militar. A indústria da guerra é muito importante como política de Estado. Esse governo oprime os palestinos; fecha suas universidades; impede que se movam entre diferentes vilas... Essa hostilidade, infelizmente, parece ser apoiada pela opinião majoritária. Apenas alguns poucos iluminados, como Daniel Barenboim, desafiam esse pensamento. Conheço Barenboim pessoalmente. Ele está totalmente desencantado, há muito tempo. Recusou um prêmio concedido pelo governo de Israel, e mal posso dizer o quanto essa recusa abalou os israelenses. Foi uma mensagem fortíssima. Barenboim tem uma visão muito clara de que somente o fim das práticas colonialistas de Israel pode abrir caminho para um acordo de paz e para o reconhecimento de um Estado palestino soberano. 